

FERRAMENTAS FINANCEIRAS: LIDANDO COM O COMPORTAMENTO CONSUMISTA EXCESSIVO NAS SOCIEDADES DO SÉCULO XXI

FINANCIAL INSTRUMENTS: ADDRESSING EXCESSIVE CONSUMER BEHAVIOR IN 21st CENTURY SOCIETIES

Juliana Rosa Santos¹
Simone Teles da Silva Costa²
Dênia Aparecida de Amorim³
Marcelo Teixeira da Silveira⁴

RESUMO:

O planejamento financeiro ainda não é um hábito comum entre os brasileiros, e sua ausência pode acarretar consequências negativas, como o endividamento, que afeta diretamente o bem-estar de indivíduos e famílias. O consumismo desenfreado é considerado um mal social e tem contribuído para a consolidação do fenômeno do superendividamento, no qual as pessoas gastam além de suas receitas. A falta de educação financeira é apontada como a principal causa tanto do consumismo quanto do endividamento. Diante desse contexto, este estudo teve como objetivo demonstrar as consequências do consumo excessivo, que leva ao endividamento e à inadimplência e apresentar ferramentas acessíveis para a elaboração de uma boa gestão financeira. A metodologia adotada foi a pesquisa bibliográfica, de caráter exploratório. Constatou-se que o endividamento está presente em 78% das famílias brasileiras, sendo que 29% dos endividados estão inadimplentes, ou seja, não conseguem pagar suas dívidas. Os resultados indicam que os brasileiros enfrentam problemas financeiros, causados principalmente pela ausência de educação financeira. Para lidar com esses desafios, existem ferramentas que auxiliam no controle do consumismo e na prevenção do endividamento e da inadimplência. A principal delas é o controle sistemático de todos os gastos e recebimentos, que pode ser feito de maneira simples, por meio de um caderno de anotações, planilhas eletrônicas como o *Microsoft Excel* ou aplicativos específicos. Além disso, manter uma reserva de emergência é fundamental, pois, mesmo com planejamento,

¹ Bacharel em Ciências Contábeis pelo Centro Universitário Mário Palmério – UNIFUCAMP (2022). E-mail: juliana509santos@hotmail.com

² Doutoranda em Ciências Contábeis pela Universidade Federal de Uberlândia. Mestra em Gestão Organizacional pela Universidade Federal de Goiás, campus Catalão (2018). Pós-graduada em Auditoria Contábil pela Faculdade Venda Nova do Imigrante (2019). Graduada em Administração pela Fundação Carmelitana Mário Palmério (2010). Graduada em Ciências Contábeis pela Faculdade Cruzeiro do Sul (2021). E-mail: simonetscosta@hotmail.com

³ Mestra em Administração Pública pela Universidade Federal do Triângulo Mineiro (2022). MBA em Gestão Empresarial pela Fundação Carmelitana Mário Palmério (2012); Especialista em Gestão Pública pela Faculdade Venda Nova do Imigrante (2016) e em Contabilidade Pública e Auditoria pela Faculdade Instituto Brasil de Ensino - IBRA (2020). Graduada em Administração (2009) e em Ciências Contábeis (2018) pela Fundação Carmelitana Mário Palmério. E-mail: deniaamorim@hotmail.com

⁴ Mestre em Gestão Econômica do Meio Ambiente pela Universidade de Brasília – UnB. Graduado em Ciências Econômicas pela Universidade Católica de Brasília – UCB e em Administração pela Faculdade Apogeu de Brasília. Docente nos cursos de Administração e Ciências Contábeis no Centro Universitário Mário Palmério – UNIFUCAMP e nos cursos de Administração e Recursos Humanos na Faculdade Apogeu de Brasília – DF. E-mail: marcelosilveira@unifucamp.edu.br

imprevistos podem ocorrer.

Palavras-chave: Consumismo; Educação Financeira; Gestão Financeira

ABSTRACT:

Financial planning is not yet a common habit among Brazilians, and its absence can lead to negative consequences such as debt, which directly affects the well-being of individuals and families. Uncontrolled consumerism is considered a social issue and has contributed to the growing phenomenon of over-indebtedness, where people spend beyond their income. The lack of financial education is identified as the main cause of both consumerism and indebtedness. In this context, the objective of this study was to demonstrate the consequences of excessive consumption particularly its role in promoting indebtedness and default and to present accessible tools for effective financial management. The methodology used was a bibliographic review with an exploratory approach. Findings show that debt affects 78% of Brazilian families, and 29% of those in debt are in default, meaning they are unable to repay what they owe. The results indicate that financial problems among Brazilians are largely due to a lack of financial education. However, there are tools available to help control consumerism and prevent indebtedness and default. The most important of these is the systematic monitoring of all income and expenses, which can be done using a notebook, Microsoft Excel spreadsheets, or specific mobile applications. Additionally, maintaining an emergency fund is essential, as unforeseen events may occur even with careful planning.

Keywords: Consumerism; Financial education; Financial management.

1 INTRODUÇÃO

O planejamento financeiro não é um hábito comum dos brasileiros e a sua ausência pode trazer consequências negativas (Cerbasi, 2004). A principal delas é o endividamento que pode afetar de forma direta o bem-estar das pessoas e famílias, ocasionando consequências ao longo prazo para a saúde financeira desses indivíduos. Cita-se também, que a ausência de planejamento pode ser a chave para objetivos e metas quase impossíveis de serem alcançadas (Lima; Bertoncello, 2010). Vale ressaltar que o vilão para o descontrole financeiro, na maioria das vezes, é o consumismo descontrolado.

Segundo Kiyosaki (2018), os problemas financeiros estão relacionados à falta de educação financeira. A mesma não está presente na cultura escolar, embora esteja prevista desde o Decreto nº 10.393, de 09 de junho de 2020, as aulas sobre educação financeira no ensino fundamental ainda não chegaram à grade de todas as escolas no Brasil e os professores não obtiveram o treinamento necessário para ministrar tais aulas. Com isso, os alunos ficam prejudicados, por perderem a oportunidade de aprender a controlar seus gastos ainda na infância, que seria algo essencial para uma gestão financeira saudável no futuro.

O consumismo é considerado por muitos uma doença do século XXI, na qual, o que

era apenas uma ação para suprir as necessidades, tornou-se algo para satisfazer desejos. Atualmente, viu-se consolidado o fenômeno do superendividamento, em que as pessoas gastam além de suas receitas, na busca incessante do prazer de consumir. O chamado consumismo nasceu do pensamento irracional das pessoas, de que consumir é uma saída para suprir os vazios existenciais, ascender socialmente ou serem reconhecidos como cidadãos (Marimpietri, 2009).

Claudino, Nunes e Silva (2009), afirmam que a educação financeira compreende a inteligência de ler e interpretar números e transformá-los em informação para elaborar um planejamento financeiro que garanta um consumo saudável e um futuro equilibrado nas finanças pessoais. Assim, a gestão financeira adequada pode ser definida como um conjunto de técnicas e estratégias que moldam a forma como se ganha, economiza e investe o dinheiro (Cerbasi, 2004).

Tendo como base as informações apresentadas, é notório que o controle sobre o consumo leva a uma melhor gestão financeira e, conseqüentemente, um menor risco de endividamento e uma melhor qualidade de vida (Claudino; Nunes; Silva, 2009). Logo, o estudo objetivou apresentar ferramentas fundamentais para obtenção de controle das finanças pessoais por meio da educação financeira. Para o desenvolvimento do estudo foi realizada uma revisão bibliográfica.

Foram selecionados artigos científicos que abordaram sobre o tema, em que foram extraídos o conteúdo relevante e os resultados obtidos, os tendo assim como base da discussão. Os materiais acadêmicos utilizados foram encontrados em bibliotecas *on-line*, principalmente no *Google* acadêmico. Foram consultados endereços eletrônicos de acesso público especializados em gestão financeira, justamente para encontrar as melhores ferramentas disponíveis de auxílio às pessoas para uma boa gestão financeira.

Diante disso, o trabalho apresentou relevância para a sociedade consumidora, que esteja à procura de resolver sua situação financeira, livre de endividamentos e com objetivos a serem alcançados, se conscientizando sobre gastos.

2 CONSUMISMO

Segundo Marimpietri (2009), as necessidades humanas são finitas, mas os desejos são infinitos. Isso quer dizer que as pessoas têm limites em suas necessidades, ou seja, elas sabem o que precisam para sobreviver, como se alimentar, beber, dormir. Porém, os desejos não têm limites, visto que podem surgir a qualquer momento, repentinamente por diversos

fatores: como roupas da estação, sapatos, brinquedos, presentes, novos lançamentos de telefones, carros e outros. Se o indivíduo não tiver controle, comprará sem necessidade. “O estímulo ao consumo é constante, e a tomada de decisão do consumidor é influenciada externamente e internamente” (Claudino; Nunes; Silva, 2009, p. 5).

Para Marimpietri (2009), o consumismo passa a ilusão de que apenas com o consumo as pessoas serão felizes e realizadas. Isso é motivado pelas campanhas de *marketing*, que demonstram, por exemplo, uma pessoa feliz por comprar um novo celular ou uma outra pessoa aparentemente popular porque comprou um carro novo. Esse tipo de propaganda faz com que as pessoas sejam influenciadas a acreditarem que o consumismo é a solução para mudar de vida. Esse comportamento não resolve abalos psicológicos ou sociais, por mais que uma compra alivie o problema de imediato, devido ao próprio pensamento de solução, logo o impulso passa, sendo necessário acompanhamento médico ou psicológico.

Segundo Rangel (2016), o consumismo também pode ser considerado como a causa de outros problemas sociais, como os assaltos e furtos, pois eles ocorrem devido a importância que se dá a bens materiais. Algumas pessoas, por terem esse pensamento de que serão melhores ou mais felizes por terem determinado bem, mas não terem o dinheiro suficiente para comprá-lo, optam por recorrer ao crime, e tomarem indevidamente o bem desejado para si ou terceiros.

O consumismo é símbolo do capitalismo, em que as pessoas buscam satisfazer seus desejos com consumo, porém, o problema está no fato de que quando um desejo é realizado, surge um novo, pois os desejos são infinitos, o que gera o consumismo. As pessoas compram apenas por comprar, sem uma razão lógica, apenas por prazer, status ou vaidade e, têm a falsa ilusão que consumir é sinônimo de felicidade. Esse é o real apelo do consumismo, pois a pessoa não tem controle de seus desejos, e mesmo sem ter condições ou necessidade, surge um novo desejo e, de imediato, sem pensar na real necessidade de comprar, consome por consumir, sem explicações plausíveis (Marimpietri, 2009).

Para Bauman (2008), o consumismo pode ser considerado uma característica do ser humano. Trata-se do resultado de vontades, sonhos e anseios em realizar desejos, transformando-se em uma força compulsória de consumir sem controle, levando o ser humano a produzir desejos intermináveis de obtenção de bens materiais, muitas vezes, desnecessários.

A falta de controle sobre o consumo, torna as pessoas manipuláveis a compras desnecessárias e contrair dívidas. Assim, como podem ser manipulados a aceitarem ofertas

de crédito facilitadas pelos bancos. Logo, o consumidor é levado a cometer erros, como não analisar taxas de juros, multas e prazos, consequentemente, induzindo ao endividamento (Porto; Butelli, 2015).

Para Lima e Bertoncetto (2010), o consumismo pode ser separado em dois tipos, consumismo geral e consumismo de crédito. O consumismo geral refere-se ao desejo ao consumo comum, a compra imediata, gastando os seus próprios recursos financeiros, enquanto que no consumismo de crédito, o consumidor não tem recursos financeiros suficientes para satisfazer suas necessidades e recorre a ofertas de créditos como o cartão de crédito, cheque especial, empréstimos ou financiamentos para as realizações imediatas, o que gera o endividamento cada vez maior.

Vive-se em uma sociedade de consumo, em que o ato de consumir é uma atividade necessária para que o homem possa sobreviver, se reproduzir e se relacionar socialmente. Porém, esse consumo se apresenta de formas distintas entre os indivíduos, à medida que outras intenções se apresentam, como a atribuição de status, a diferenciação e exclusão social, a identificação e pertencimento a determinados grupos, ou uma gratificação pessoal, por exemplo (Rangel, 2016). Logo, o consumo é necessário, mas deve ser planejado para que não cause endividamento excessivo e prejudicial a convivência social e familiar.

2.1 Endividamento

De acordo com Frade (2007), o endividamento é quando se utilizam recursos financeiros de terceiros, para fins de consumo, contraindo-se uma dívida, em que normalmente o pagamento ao credor, em cota única ou em parcelas, são acrescidos juros. Caso essa dívida com terceiros não seja paga, surge a inadimplência por parte do devedor. A pior fase do endividamento acontece em casos em que o devedor não tem recursos suficientes para pagar as dívidas, causando insolvência ou falência.

O endividamento pode ocorrer por diversos fatores, desde gastos mais essenciais como alimentação, moradia, saúde e educação, como também com gastos mais supérfluos, como roupas, telefone e veículo. Além disso, o endividamento ocorre devido a problemas financeiros, causados por desemprego, atraso de salário, crise econômica e excesso de dívidas, ou seja, contrair uma dívida para pagar outra (Fiorentini, 2004).

Para Claudino, Nunes e Silva (2009), o endividamento pode ser causado pelas diversas opções de crédito disponíveis no mercado, como cartão de crédito, cheque especial, crediário, crédito consignado, crédito imobiliário etc. As diversas opções no mercado

creditício, cada vez mais facilitadas por empresas e instituições financeiras, podem levar as pessoas a gastar mais do que têm, e ficarem endividadas. Além disso, o atraso em pagamentos de contas fixas é uma das causas de endividamentos, como de planos de saúde, mensalidades escolares e seguros.

Já, para Cerbasi (2004), o endividamento é causado pela falta de educação financeira. A falta de planejamento financeiro é comum entre a maioria das pessoas, porém as consequências podem ser sentidas por diferentes grupos. Como exemplo, um jovem casal se depara com muitos gastos, que vão desde os gastos com o casamento, com festa, bufê, roupas e cartório, até os novos gastos do casal, como aluguel ou financiamento de uma casa, compra de móveis e eletrodomésticos. Além disso, a chegada de um filho elevará mais os gastos do casal, com atendimento médico, leite, fraldas e roupas. Portanto, o casal que assume o compromisso de viver juntos deve fazer um planejamento financeiro.

Segundo Claudino, Nunes e Silva (2009), o endividamento é causado pela influência das empresas que incentivam cada vez mais o consumo. O incentivo ocorre por meio de investimentos em estratégias de *marketing*, que têm o poder de convencimento, e induzem as pessoas a comprarem produtos ou serviços desnecessários, gerando assim dívidas desnecessárias, que geram complicações financeiras futuras. Os impostos também causam endividamento, principalmente para trabalhadores autônomos e empresários, pois sem capital de giro suficiente para pagar todos os gastos, atrasam ou até mesmo não pagam os tributos devidos, contraindo dívidas com o Estado.

Conforme Pereira e Souza Júnior (2021), a culpa do endividamento é das instituições bancárias, que aumentam a oferta de crédito e facilita a aprovação, através do cartão de crédito, empréstimo e financiamentos, o que leva as pessoas a gastarem mais do que a sua renda permite. Além disso, os bancos normalmente não transmitem clareza, pois os juros são colocados em letras miúdas nos contratos, sem explicações suficientes, eles se aproveitam da falta de conhecimento financeiro da população.

O endividamento afeta todas as classes sociais, em especial as mais baixas, devido à falta de educação financeira, mas, também por causa da falta de conhecimento sobre os preços, elas são mais facilmente influenciadas, portanto quando veem uma promoção por exemplo, são auto estimuladas a comprar, mesmo não sendo necessário. Além disso, pessoas de classe baixa também costumam pagar suas compras parceladamente, o que na maioria dos casos incide juros (Silva, 2021).

As consequências do endividamento são graves, por isso, devem ser evitadas.

Conforme Garbi (2022), ao se acumular dívidas e não as pagar, o indivíduo ficará insolvente, perdendo credibilidade no mercado e, em algum momento, não receberá mais crédito de empresas ou bancos para compras parceladas ou empréstimos e poderá ter o nome inscrito em órgãos que fiscalizam o crédito, como o Serviço de Proteção ao Crédito (SPC) ou Serviços de Assessoria S.A (SERASA), dificultando a vida financeira do inadimplente.

2.2 Educação Financeira

Segundo Lucci *et al.* (2006), o termo “financeira” se refere ao dinheiro utilizado pelas pessoas em seu cotidiano, enquanto que a educação no campo das finanças refere-se ao conhecimento para interpretar dados financeiros, por meio de ferramentas como a Matemática Financeira, para tomar decisões corretas quanto ao uso do dinheiro.

De acordo com Pereira e Souza Júnior (2021), a educação financeira é necessária para o exercício da cidadania e autonomia. Para Silva (2022), a educação financeira tem a função de mostrar a importância do dinheiro, assim como a melhor forma de administrá-lo. Por meio de conhecimento sobre como ganhar mais, como gastar de forma consciente, poupar sempre alguma parte e como investir pensando no futuro.

Nessa linha, Camargo (2007), esclarece que a educação financeira se refere a administração do dinheiro, pois trata-se da gestão e planejamento dos recursos financeiros, por meio do conhecimento sobre estratégias que visem a ampliação do patrimônio a médio e longo prazo. Consiste em seguir estratégias que visem não gastar o dinheiro de forma deliberada, sem controle, além de pensar sempre no futuro financeiro da pessoa ou família.

Para Cerbasi (2004), a riqueza do indivíduo não se trata de quanto ele ganha, mas sim de quanto e como ele gasta, pois é possível que uma pessoa de baixa renda viva de forma digna, se tiver controle sobre os seus gastos, não extrapolando os seus recebimentos. Inclusive, ele pode viver com mais conforto do que uma pessoa com renda superior à sua, mas que não tem controle, gasta mais do que recebe e acaba por se endividar.

A educação financeira tem ganhado cada vez mais relevância em função do desenvolvimento dos mercados financeiros, do alto índice de endividamento e do aumento das falências familiares e individuais. Logo, a educação financeira tende a auxiliar na prevenção do endividamento, por meio do planejamento orçamentário, do controle das despesas e da escolha de produtos de crédito mais acessíveis (Vieira, 2017).

Cerbasi (2004), alerta que as altas rendas não significam a garantia de conforto, pois, normalmente, quanto mais se recebe, mais se gasta e, por isso, para sustentar um bom padrão

de vida, é importante saber como gastar o dinheiro de forma inteligente. Para se ter riqueza é importante saber investir, o que se difere de poupar. Poupar é apenas guardar o dinheiro, que fica parado, inclusive pode se desvalorizar devido a inflação e, o acúmulo de mais capital dependerá exclusivamente de mais aportes. Por outro lado, o investimento oferece rendimentos, que são acrescidos ao capital inicial. Daí a importância da educação financeira para saber investir, visto que a lucratividade do investimento é diretamente proporcional ao risco.

Para Savoia, Saito e Santana (2007), a educação financeira é importante, inclusive foi devido a programas de educação financeira, a partir dos anos 1980, que surgiram os planos previdenciários, aderidos por trabalhadores, devido a garantia de renda futura. Isso se deu, pois, a aposentadoria pelo regime geral não é vista como uma garantia devido às constantes mudanças nas regras, como a idade mínima e o tempo de contribuição necessária. Além disso, na maioria das vezes, o aposentado receberá valores inferiores ao que recebia antes, pois se trata de uma média das contribuições pagas. Já, na previdência privada há mais segurança, pois se sabe a partir de quando e quanto irá receber.

De acordo com Pinheiro (2008), a obrigação de fornecer educação financeira aos cidadãos compete ao governo, nas escolas por meio de livros, palestras e aulas específicas sobre o tema financeiro, mas também por meio de campanhas públicas, em propagandas na televisão, rádio, jornais e na internet. Divulgar a educação financeira para que as pessoas saibam o que é e os seus benefícios é relevante como uma política pública, além da importância de se incentivar o seu estudo e prática no meio educacional.

3 METODOLOGIA

O estudo foi desenvolvido por meio de uma pesquisa bibliográfica. Para Gil (2008), pesquisa bibliográfica refere-se a desenvolver o estudo com base em materiais já publicados, como livros, revistas e artigos científicos, em que se aproveita o conhecimento e os resultados de outros trabalhos semelhantes, analisando os dados encontrados e definindo quais podem ser utilizados para embasamento da pesquisa.

A pesquisa teve caráter exploratório, pois teve como finalidade a investigação para saber mais sobre o assunto. Segundo Gil (2008), uma pesquisa exploratória consiste em explorar o máximo possível sobre o assunto, buscando mais conhecimento sobre ele. Nesse tipo de pesquisa normalmente são utilizados materiais já publicados como teses, dissertações, artigos acadêmicos, livros e revistas.

Para o desenvolvimento do estudo foram utilizados materiais publicados em bibliotecas *on-line*, como *Google Acadêmico* e repositórios de instituições de ensino superior. Também foram consultados endereços eletrônicos especializados em gestão financeira, justamente para encontrar as melhores ferramentas disponíveis para auxílio na gestão financeira de pessoas e famílias. Inicialmente, a pesquisa foi desenvolvida em 2022 e revisada em julho de 2025.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Devido ao crescimento do consumismo, surge o endividamento, pois as pessoas compram sem planejar, apenas por impulso, gastando além de seu orçamento. O consumismo faz as pessoas tomarem decisões sem lógica, como comprar um carro que não cabe em sua garagem ou um televisor que não cabe em sua sala. Ademais, essas aquisições, geralmente não cabem no orçamento, visto que a compra foi realizada apenas para se sentir incluído no universo de outras pessoas que têm aquele produto e são considerados de uma classe social superior. Porém, para demonstrar status social, faz-se dívidas impagáveis, precisando recorrer a crédito com juros acima da média de mercado, o que deixa os consumistas ainda mais endividados (Marimpietri, 2009).

Para entender o consumismo é preciso entender a realidade no Brasil. Segundo dados divulgados pelo Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas (CNDL, 2025), em janeiro de 2025, aproximadamente 65% dos consumidores realizam compras por impulso. Este tipo de compra é justamente uma das principais características do consumismo, pois o consumidor usa a emoção ao invés da razão na hora de comprar. As aquisições mais feitas por impulso foram vestuário (23%), supermercado (19%), perfumes e cosméticos (17%) e remédios (13%). Todos esses tipos de compras possuem uma semelhança, são supérfluos, ou seja, não são necessários para a sobrevivência de uma pessoa.

Para Vieira (2017), o endividamento pode ser passivo ou ativo. O passivo ocorre devido a situações imprevistas ou inesperadas, externas ao indivíduo, como doença, morte ou desemprego, enquanto que o ativo ocorre pela má gestão financeira e pelas tomadas de decisões erradas, principalmente devido às compras por impulso. As pessoas enquadradas no endividamento ativo, tendem a estar constantemente endividadas. O endividamento é uma consequência natural do consumismo, pois a pessoa possui o desejo de adquirir um bem, porém não tem dinheiro suficiente, mas, por não pensar nas consequências, fará a dívida para conseguir satisfazer seu desejo e adquirir aquele bem (Marimpietri, 2009).

Segundo a Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), a proporção de famílias com contas a vencer cresceu de 77,6% em abril para 78,2% em maio de 2025, apontou a Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (Peic). Entretanto, em relação ao mês de maio de 2024, houve uma queda de 0,6 ponto porcentual (era 78,8%). Foram consideradas como dívidas as contas a vencer nas modalidades cartão de crédito, cheque especial, carnê de loja, crédito consignado, empréstimo pessoal, cheque pré-datado e prestações de carro e casa (Amorim, 2025).

Segundo levantamento da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC,2025), o Quadro 01 apresenta os percentuais de endividamento das famílias brasileiras entre janeiro de 2025 e junho de 2025.

Quadro 01 - Endividamento das famílias brasileiras entre janeiro de 2025 e junho de 2025.

	jan/25	fev/25	mar/25	abr/25	mai/25	jun/25
Famílias Endividadas (% do total de famílias)	76,1%	76,4%	77,1%	77,6%	78,2%	78,4%
Famílias com dívidas em atraso (% do total de famílias)	29,1%	28,6%	28,6%	29,1%	29,5%	29,5%
Não terão condição de pagar dívidas em atraso (% do total de famílias)	12,7%	12,3%	12,2%	12,4%	12,5%	12,5%
Tipo de dívida (% endividados)						
Cartão de crédito	83,9%	83,8%	83,7%	83,8%	83,6%	83,8%
Cheque especial	3,4%	3,4%	3,5%	3,3%	3,3%	3,3%
Cheque pré-datado	0,5%	0,4%	0,4%	0,4%	0,4%	0,4%
Crédito consignado	5,5%	5,3%	5,1%	4,9%	4,8%	4,8%
Crédito pessoal	10,9%	10,5%	10,4%	10,5%	10,6%	10,5%
Carnês	16,8%	17,0%	17,3%	17,4%	17,2%	17,0%
Financiamento de carro	8,8%	8,9%	8,9%	9,0%	9,3%	9,3%
Financiamento de casa	8,8%	8,8%	8,7%	8,8%	9,0%	9,4%
Outras dívidas	2,7%	2,8%	2,8%	2,9%	3,1%	3,0%
Não sabe	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Não respondeu	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Tempo médio de pagamento em atraso, entre as famílias com conta/dívidas em atraso (em dias)	65,0	64,7	64,5	64,6	64,3	64,1
Tempo médio de comprometimento com dívida (em meses)	7,4	7,4	7,3	7,3	7,3	7,2
Parcela média da renda comprometida com dívida (% da renda)	30,0%	29,9%	29,9%	30,0%	29,8%	29,6%

Fonte: CNC, 2025.

O Quadro 01 demonstra que de janeiro de 2025 a junho de 2025, o endividamento das famílias teve um aumento de 2,3%. Também é possível perceber que em todos os meses houve aumento, em nenhum mês o percentual de endividados diminuiu ou pelo menos se

manteve no mesmo nível. Com isso, observa-se que a cada mês as famílias brasileiras se endividam cada vez mais. O endividamento é perigoso, pois caso não se tenha controle irá levar a inadimplência, que acontece quando não se consegue pagar as suas dívidas, por elas serem superiores à sua renda (Silva, 2021).

Observou-se que o cartão de crédito é o grande vilão do endividamento das famílias, visto que nos seis meses observados (Quadro 01), esse foi o tipo de dívida com maior percentual, variando entre 83,6% a 83,9%. O cartão de crédito é uma boa opção para o gerenciamento das finanças pessoais, pois permite a flexibilização dos pagamentos. Porém, quando o uso é feito de forma descontrolada, sem conhecimento ou disciplina, tende a gerar um alto grau de endividamento, além de impulsionar a procura por mais crédito, o que cria um círculo vicioso prejudicial à saúde financeira (Vieira, 2017).

O levantamento produzido pela Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC, 2025) também identificou o percentual de inadimplência das famílias brasileiras entre janeiro e junho de 2025 (Quadro 01). Os resultados demonstraram que em junho de 2025, cerca de 29,5% das famílias brasileiras estavam inadimplentes, ou seja, com dívidas em atraso. Este percentual é 0,4% superior ao apresentado em janeiro de 2025. A inadimplência brasileira se manteve igual em fevereiro e março (28,6%), aumentou em abril (29,1%) e alcançou 29,5% em maio, manteve o mesmo índice em junho de 2025.

Conforme Marimpietri (2009), a inadimplência traz consequências negativas para as pessoas, por isso deve ser evitada. Ao estar inadimplente, a pessoa entra para a lista de negativados de órgãos responsáveis por proteção ao crédito e, a partir daí, passa a ter dificuldade em conseguir crédito, pois ficará com o nome negativado no mercado e não conseguirá mais empréstimos e financiamentos junto aos bancos e, muito menos, fazer compras parceladas, pois será considerado mal pagador.

4.1 Gestão Financeira

Para controlar o consumismo, e evitar o endividamento e, principalmente a inadimplência, a melhor solução é fazer uma boa gestão financeira sobre os gastos e rendimentos (Cerbasi, 2004). Existem métodos e ferramentas para facilitar esse controle, como *softwares* especializados, ou uma simples tabela eletrônica no *Microsoft Excel*, porém os métodos mais tradicionais também podem ser utilizados. O Quadro 02 apresenta algumas ferramentas e métodos que ajudam a fazer a gestão financeira para pessoas ou famílias de uma forma simples.

Quadro 02 - Sugestões para controle financeiro pessoal ou familiar.

FERRAMENTAS PARA UMA BOA GESTÃO FINANCEIRA	
Ferramenta ou Método	Descrição
Caderno de anotações	Este é o método mais tradicional. O indivíduo deverá anotar em um caderno todos os gastos e recebimentos do mês, elaborando uma planilha (Flores <i>et al.</i> , 2022). Este é o método mais trabalhoso e demorado, pois terá que escrever tudo a mão, e terá que fazer os cálculos em calculadora ou de cabeça. Não é automático, todos os procedimentos são manuais.
Microsoft Excel (Planilha Eletrônica)	A lógica da gestão financeira pelo <i>Microsoft Excel</i> é igual ao caderno de anotações, pois visa anotar os gastos e recebimentos. A diferença está na automatização do programa, visto que ele fará os cálculos, além de ser possível aproveitar dados dos meses anteriores, não precisando digitar tudo novamente. Com o <i>Microsoft Excel</i> , o controle será mais fácil e rápido devido a automatização (Claudino; Henrique; Pepece Junior, 2020).
Aplicativos	Existem diversos aplicativos para fazer a gestão financeira, alguns pagos, outros gratuitos. Como nas planilhas será necessário informar os dados de gastos e recebimentos, porém muitos possuem uma interface que ajudam a visualizar melhor a situação financeira da pessoa, elaboram relatórios e gráficos, emitem alertas quando está gastando mais do que recebeu ou fez uma compra muito alta. São mais práticos, pois quando se faz a compra, pode-se lançar no aplicativo do celular. Além disso, muitos deles permitem conciliar o aplicativo com as contas bancárias. Exemplos de Aplicativos: Meu Dinheiro; Guiabolso; Mobills; Minhas Economias; Wally; Organizze entre outros (Dorn, 2022; Carraro; Pereira; Soster, 2021).
Conciliação Bancária ou Extrato Bancário	Esse método será utilizado quando todas as movimentações financeiras acontecem por meio de transações bancárias, como pix, transferências bancárias ou cartão de débito ou crédito. Após o final do mês será necessário tirar os extratos de todas as contas bancárias. Primeiro, anota-se quanto tinha no primeiro dia do mês e quanto ficou no final do mês, para calcular o resultado do mês. Por meio do extrato é possível fazer uma análise dos gastos, dia a dia. A conciliação bancária é utilizada por quem não quer ficar anotando todos os seus gastos e recebimentos, pois se usar apenas o aplicativo do banco, todas as movimentações já são registradas, basta emitir o extrato para obter essas informações (Flores <i>et al.</i> , 2022).
Orçamento Financeiro	Antes do início do mês já se deve saber quais serão os gastos mensais, para saber se os rendimentos previstos naquele mês serão suficientes para suprir. O orçamento deve conter os gastos essenciais da pessoa, como moradia, alimentação, transporte e saúde. Sabendo-se quais serão os gastos e rendimentos no mês, terá uma noção de quanto irá sobrar ou quanto irá faltar, sendo assim já poderá pensar se vai gastar ou poupar o restante ou já começar a pensar em novas fontes de renda para pagar o que faltará, além de evitar gastos desnecessários (Silva, 2022).
Reserva de Emergência	Mesmo que se faça um bom controle financeiro, imprevistos sempre podem acontecer, sendo assim o recomendável é que sempre se tenha uma reserva financeira. Alguns imprevistos que podem acontecer são as doenças (consultas, exames e remédios); a manutenção e conserto (carro, casa, aparelhos domésticos); e multas por infração no trânsito. Por isso, o ideal é que além de constituir uma , todo mês se deposite algum valor nesta reserva de emergência (Assunção, 2022).

Fonte: Elaborado pelos autores, 2025.

Para Pelini (2016), “o grau de endividamento e o descontrole financeiro são pontos

relevantes para se pensar na necessidade de propostas educacionais nas escolas e universidades”. O planejamento familiar e pessoal auxilia as famílias e os indivíduos a se organizarem financeiramente e, com isso, tende a minimizar os índices de endividamento e proporcionar em curto, médio e longo prazo, a realização de planos, o bem-estar financeiro e a construção de reserva de dinheiro para que, em situações imprevistas, ser útil (Assunção, 2022).

Caso haja gestão financeira, por meio da elaboração de orçamento financeiro mensal, fazer o controle sobre os gastos e recebimentos durante o mês e manter uma reserva de emergência, reduzem as chances de passar por problemas financeiros, pois o indivíduo saberá exatamente quanto se pode gastar e quanto está gastando. A educação financeira é uma forma de equilibrar a realidade das receitas e despesas pessoais e familiares (Pelini, 2016).

A educação financeira ensina o conhecimento de como controlar, planejar e organizar as finanças e deve ser transmitido pela família e pelas instituições de ensino desde os primeiros anos. Quando as duas entidades trabalham juntas, o indivíduo terá uma base sólida para a gestão financeira pessoal. No Brasil, além de não se ter uma cultura baseada em educação financeira, ainda se vive uma crise econômica que atinge todas as classes sociais, principalmente os de menor renda, aprimorando assim as causas do endividamento e descontrole financeiro (Silva, 2022).

Pessoas ficam endividadas e inadimplentes porque acham que gastam menos do que realmente gastam, pois pensam que uma compra a mais não fará diferença. Logo, quando chegam as faturas de crédito para pagamentos, não há recurso suficiente para o pagamento, já que não há controle e nem registro dos débitos e créditos pessoais. As pessoas tendem a confiar na memória para controlar seus gastos e esse método não é seguro, pois o consumidor provavelmente não irá se lembrar com exatidão quais foram os gastos do mês, assim como os seus valores exatos, o que gera um descontrole cada vez maior.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo almejou explorar a gestão financeira das famílias no Brasil. Foi pesquisado sobre as consequências da falta de educação financeira, como o consumismo, o endividamento e a inadimplência. Essas situações devem ser evitadas para que o consumidor se sinta financeiramente satisfeito, isento de dívidas e adimplente com seus gastos. Observou-se que a falta de educação financeira é um dos motivos do consumismo, que

origina o endividamento, levando as pessoas ao endividamento exagerado e a inadimplência.

Os resultados da pesquisa foram obtidos de fontes oficiais e demonstraram que a população brasileira pouco sabe ou pratica a educação financeira, visto que muitos consumidores brasileiros são consumistas, ou seja, compram por impulso, sem refletir a real necessidade dos bens e serviços adquiridos. Além disso, parte das famílias brasileiras, cerca de 78%, estão endividadas, ou seja, possuem dívidas com terceiros. Por fim, 29% dos endividados estão inadimplentes, ou seja, não conseguem pagar as dívidas já assumidas.

Os resultados da pesquisa são expressivos e comprovam a falta de educação financeira dos brasileiros. Para auxiliar no controle de gastos e evitar o consumismo, endividamento e inadimplência, foi apresentado quadro com métodos e ferramentas que auxiliam na gestão financeira. Basicamente, as ferramentas consistem em fazer um planejamento financeiro prévio, organizando rendimentos e prevendo gastos durante o mês, controlando eficientemente as entradas e saídas de dinheiro, por meio de caderno de anotações, planilhas eletrônicas ou aplicativos e, ao final de cada mês, realizar o encerramento das contas, avaliando o orçamento planejado.

Observou-se, nesse sentido, a importância de manter uma reserva de emergência compatível aos gastos mensais, antevendo imprevistos que podem acontecer. Espera-se que o estudo possa contribuir à sociedade, pois ao evidenciar a situação financeira dos brasileiros, provando que a população está endividada acima de seus ganhos financeiros, poderá fazer com que o leitor tenha consciência sobre seus gastos, comece a estudar sobre educação financeira e faça uma gestão financeira controlada para que não tenha problemas financeiros futuro.

Sugere-se para estudos futuros a realização de uma pesquisa com utilização de espaço amostral e abordagem direta às pessoas, aplicando questionário com perguntas relacionadas à educação financeira. Para melhor entendimento recomenda-se separar os resultados, por faixa etária, nível de escolaridade e renda, para se ter melhor noção sobre a educação financeira das pessoas no ambiente em que o pesquisador está inserido.

REFERÊNCIAS

AMORIM, Daniela. **Endividamento sobe a 78,2% das famílias em maio, diz CNC: É a segunda alta consecutiva no índice, segundo a entidade.** 2025. Disponível em: https://www.cnnbrasil.com.br/economia/financas/endividamento-sobe-a-782-das-familias-em-maio-diz-cnc-inadimplencia-avanca-a-295/#goog_rewarded. Acesso em: 23 jul. 2025.

ASSUNÇÃO, Larissa Luzia Gonçalves. **Planejamento financeiro familiar em tempos de Covid-19: a percepção de famílias sobre reserva de emergência.** 2022. 39 f. Trabalho de

Conclusão de Curso (Bacharelado em Ciências Contábeis) – Faculdade de Ciências Contábeis, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2022. Disponível em: <https://repositorio.ufu.br/bitstream/123456789/34441/3/PlanejamentoFinanceiroFamiliar.pdf>. Acesso em: 24 jul. 2025.

BAUMAN, Zygmunt. **Vida para consumo: a transformação das pessoas em mercadoria**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2008.

BRASIL. **Decreto nº 10.393, de 9 de junho de 2020**. Institui a nova Estratégia Nacional de Educação Financeira - ENEF e o Fórum Brasileiro de Educação Financeira – FBEF. Brasília: DOU, 10 jun. 2020. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2020/Decreto/D10393.htm#art10. Acesso em: 21 jul. 2025.

CAMARGO, Camila. **Planejamento financeiro pessoal e decisões financeiras organizacionais: relações e implicações sobre o desempenho organizacional no varejo**. 2007. 100 f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2007. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/handle/1884/13678>. Acesso em: 15 jul. 2022.

CARRARO, Wendy Haddad; PEREIRA, Miriellen Meyres; SOSTER, Monise Pasetto. **Dicas para manter sua educação financeira em alta: Projeto Educação Financeira em tempos de Covid19**. Porto Alegre: Educação Financeira/UFRGS; Marca Visual, 2021. 63 p. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/217579/001122089.pdf?sequence=1&isAllowed=1>. Acesso em: 24 jul. 2025.

CERBASI, Gustavo. **Casais inteligentes enriquecem juntos: Finanças para casais**. São Paulo: Gente Editora, 2004.

CLAUDINO, Liliane Maria de Genova; HENRIQUE, Edilene Mota de Souza; PEPECE JÚNIOR, Antônio Rafael. **Gestão Financeira Familiar**. 2020. 10 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Tecnólogo em Gestão Comercial) – Faculdade de Tecnologia de Assis Professor Dr. José Luiz Guimarães, Assis, 2020. Disponível em: <http://ric-cps.eastus2.cloudapp.azure.com/handle/123456789/4428>. Acesso em: 28 jul. 2025.

CLAUDINO, Lucas Paravizo; NUNES, Murilo Barbosa; SILVA, Fernanda Cristina da. **Finanças: um estudo de caso com servidores públicos**. In: SEMEAD, 12, 2009, São Paulo. **Anais...** São Paulo: SEMEAD, 2009. Disponível em: <https://sistema.semead.com.br/12semead/resultado/trabalhospdf/724.pdf>. Acesso em: 23 jul. 2025.

CNC, Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo. **Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (Peic)**. 2025. Disponível em: https://portaldocomercio.org.br/publicacoes_posts/pesquisa-de-endividamento-e-inadimplencia-do-consumidor-peic-junho-de-2025/. Acesso em: 23 jul. 2025.

CNDL, Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas. **69 milhões de consumidores possuem compras parceladas, aponta CNDL/SPC Brasil**. 2025. Disponível em:

<https://site.cndl.org.br/69-milhoes-de-consumidores-possuem-compras-parceladas-aponta-cndlspc-brasil/>. Acesso em: 23 jul. 2025.

DORN, Eduarda Soares. **Planejamento Financeiro de Jovens Estudantes da EA/UFRGS durante a Pandemia do Covid-19**. 2022. 61 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Administração) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2022. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/258034/001167033.pdf?sequence=1&isAllo wed=y>. Acesso em: 24 jul. 2025.

FIORENTINI, Sandra Regina Bruno. **Inadimplência: Como evitar e resolver**. Série Saiba Mais. São Paulo: Sebrae, 2004. Disponível em: <https://sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/UFs/MS/Anexos/Cartilhas%20Agora%20S ou%20MEI/Inadimpl%C3%Aancia%20-%20Como%20evitar%20e%20resolver.pdf>. Acesso em: 22 jul. 2025.

FLORES, William Galdino das; LOPES, Alberto Barbosa; SILVA, Aline Souza da; PAULA, Andressa Souza de; HENRIQUE FILHO, Matheus. Gestão Financeira e Orçamentária Familiar: planejamento e controle doméstico eficiente. **Revista Educação em Foco**, v. 10, n. 16, p. 1-11, 2022. Disponível em: <https://www.eev.com.br/revistaeducacaoemfoco/Artigo%20Willian%20C.pdf>. Acesso em: 24 jul. 2025.

FRADE, Catarina Cláudia Ferreira. **A Regulação do Sobreendividamento**. 2007. 655 f. Tese (Doutorado em Economia) - Faculdade de Economia, Universidade de Coimbra, Coimbra, 2007. Disponível em: <https://estudogeral.uc.pt/handle/10316/7464>. Acesso em: 22 jul. 2025.

GARBI, Carlos Alberto. **Superendividamento ou insolvência?**. 2022. Disponível em: <https://www.migalhas.com.br/coluna/novos-horizontes-do-direito-privado/360268/superendividamento-ou-insolvencia>. Acesso em: 22 jul. 2025.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6 ed. São Paulo: Editora Atlas, 2008. Disponível em: <https://ayanrafael.com/wp-content/uploads/2011/08/gil-a-c-mc3a9todos-e-tc3a9nicas-de-pesquisa-social.pdf>. Acesso em: 23 jul. 2025.

KIYOSAKI, Robert T. **Pai Rico, Pai Pobre**: Edição de 20 Anos Atualizada e Ampliada - O que os ricos ensinam a seus filhos sobre dinheiro. Rio de Janeiro: Alta Books Editora, 2018.

LIMA, Clarissa Costa de; BERTONCELLO, Karen Rick Danilevicz. **Superendividamento Aplicado: aspectos doutrinários e experiência no Poder Judiciário**. Rio de Janeiro: GZ Editora, 2010.

LUCCI, Cintia Retz; ZERRENNER, Sabrina Arruda; VERRONE, Marco Antônio Guimarães; SANTOS, Sérgio Cipriano dos. A influência da Educação Financeira nas decisões de consumo e investimento dos indivíduos. *In*: SEMEAD, 9, 2006, São Paulo. **Anais...** São Paulo: SEMEAD, 2006. Disponível em: https://sistema.semead.com.br/9semead/resultado_semead/trabalhosPDF/266.pdf. Acesso

em: 20 jun. 2022.

MARIMPIETRI, Flavia. Consumismo e Superendividamento. **Direito UNIFACS - Debate Virtual**, n. 112, 2009. Disponível em: <https://revistas.unifacs.br/index.php/redu/article/view/819>. Acesso em: 21 jul. 2025.

PELINI, Ruy Rossi. **Educação Financeira para o Orçamento Familiar no Campus da UTFPR**: instrumento de gestão pessoal. 2016. 110 p. Dissertação (Mestrado em Tecnologia) - Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Curitiba, 2016. Disponível em: https://riut.utfpr.edu.br/jspui/bitstream/1/2674/1/CT_PPGTE_M_Pelini%2c%20Ruy%20Rossi_2017.pdf. Acesso em: 24 jul. 2025.

PEREIRA, Ronei Mendes; SOUZA JÚNIOR, Celso Vila Nova de. Endividamento e qualidade de vida: um olhar dos servidores públicos brasileiros. **Revista de Estudos Sociais**, v. 23, n. 47, p. 30-50, 2021. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=8286182>. Acesso em: 22 jul. 2025.

PINHEIRO, Ricardo Pena. Educação financeira e previdenciária, a nova fronteira dos fundos de pensão. In: REIS, Adacir (org.). **Fundos de pensão e mercados de capitais**. São Paulo: Peixoto Neto, 2008.

PORTO, Antônio José Maristrello; BUTELLI, Pedro Henrique. As múltiplas noções de superendividamento. Contribuições empíricas ao caso brasileiro. **Revista de Direito do Consumidor**. São Paulo: Revista dos Tribunais, v. 102, p. 165-193, 2015.

RANGEL, Pedro Lobato. Consumismo e criminalidade. **Revista Âmbito Jurídico**, n. 144, [s.p.], 2016. Disponível em: <https://ambitojuridico.com.br/consumismo-e-criminalidade/>. Acesso em: 21 jul. 2025.

SAVOIA, José Roberto Ferreira; SAITO, André Taue; SANTANA, Flávia de Angelis. Paradigmas da educação financeira no Brasil. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 41, n. 6, p. 1121-1141, 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rap/a/XhqxBt4Cr9FLctVvzh8gLPb/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 22 ago. 2022.

SILVA, Pabrinny Pereira da. **Educação Financeira**: proposta de cartilha de orientação para estudantes do ensino superior. 2022. 23 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Administração) – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano, Posse - GO, 2022. Disponível em: https://repositorio.ifgoiano.edu.br/bitstream/prefix/3345/1/Artigo%20-%20Educa%C3%A7%C3%A3o%20Financeira%20%28PIBIC_2021-2022%29%20%2811%29.pdf. Acesso em: 22 jul. 2025.

SILVA, Rayssa Gomes da. **Finanças pessoais e o nível de endividamento**: A relação entre planejamento financeiro e endividamento da Classe C. 2021. 50 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Administração) - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2021. Disponível em: <https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/53938/53938.PDF>. Acesso em: 20 jun. 2022.

VIEIRA, Marina de Freitas Alves. **Conhecimento de crédito e comportamento do uso do cartão de crédito**. 2017. 42 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Administração) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017. Disponível em: <https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/32917/32917.PDF>. Acesso em: 22 jul. 2025.